

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 22/02/2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (Unesp)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp)  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNESP,  
UNICAMP E PUC-SP

KARINA STANGE CALANDRIN

EMOÇÕES E PRAGMATISMO NO PROCESSO DECISÓRIO ISRAELENSE PARA  
POLÍTICA EXTERNA EM SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO MENACHEM  
BEGIN (1977-1983)

SÃO PAULO

2017

KARINA STANGE CALANDRIN

EMOÇÕES E PRAGMATISMO NO PROCESSO DECISÓRIO ISRAELENSE PARA  
POLÍTICA EXTERNA EM SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO MENACHEM  
BEGIN (1977-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estratégia, Defesa e Política Externa”.  
Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani.

SÃO PAULO

2017

Calandrin, Karina Stange.  
C142 Emoções e pragmatismo no processo decisório israelense para política externa em segurança: uma análise do Governo Menachem Begin (1977-1983) / Karina Stange Calandrin. – São Paulo, 2017.  
101 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Tullo Vigevani.  
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2017.

1. Israel – Relações exteriores – Séc. XX. 2. Israel – Segurança nacional.  
3. Ciência política – Processo decisório. 4. Israel – Política e governo – 1967-1993. I. Título.

CDD 327.5694

KARINA STANGE CALANDRIN

EMOÇÕES E PRAGMATISMO NO PROCESSO DECISÓRIO ISRAELENSE PARA  
POLÍTICA EXTERNA EM SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO MENACHEM  
BEGIN (1977-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estratégia, Defesa e Política Externa”.  
Orientador: Prof. Dr. Tullo Vigevani.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

---

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

---

Prof. Dr. Michel Gherman (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Para Sandra.

## AGRADECIMENTOS

Nunca é fácil seguir por caminhos diferentes. Escolher pela academia científica ao invés de qualquer outra profissão tem se mostrado bastante desafiador. Entretanto o desafio tem sido possível graças a pessoas fantásticas que me apoiaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Para continuar resiliente nesta jornada tenho que agradecer imensamente as pessoas que me apoiaram e me deram a estrutura que eu precisei para concluir mais um capítulo da minha vida. Primeiramente agradeço minha mãe, Sandra Stange, que me deu toda a estrutura emocional e financeira para que eu sempre perseguisse meus sonhos.

Agradeço o meu orientador, Prof. Dr. Tullo Vigevani, pela ajuda em todo o processo de redação da dissertação, sempre me apoiando e fornecendo a base acadêmica necessária para a realização desse trabalho.

Agradeço o Prof. Dr. Guilherme Casarões, que desde o início da pesquisa me ajudou com a pesquisa bibliográfica e com questionamentos que direcionaram a pesquisa ao que ela é hoje.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) que sempre foram solícitos e acessíveis às minhas dúvidas e indagações.

Agradeço também minha psicóloga, Dra. Sandra Samaritano, que me auxiliou por todo o caminho de redação da dissertação, tornando possível a realização desse trabalho.

Aos meus amigos da graduação na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Raphael Azevedo, Peter Sturken, Victor Soto Lopes, Julia Vilarde, Thaís Tozatti e Gabriel Graziano, obrigada por sempre estarem ao meu lado.

Aos amigos feitos no PPGRI Barbara Ellynes, Alfredo Guevara, Rodrigo Amaral, Helena Castro, Carolina Pedroso, Elze Rodrigues, Renato Xavier, entre diversos outros que tornaram a caminhada menos árdua, trocando experiências e risadas. Agradeço também aos amigos do GEDES, Raquel Gontijo, Tamires Souza, Livia Milani, Giovanna Ayres, entre outros que também me ajudaram muito durante a pesquisa, desde auxílio acadêmico quanto emocional.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro tornando possível a realização da pesquisa.

Israel has no foreign policy, it has only a domestic policy. (KISSINGER, 1973).

## RESUMO

O processo decisório para a política externa pode ser entendido como um complexo arranjo entre as instituições e burocracias responsáveis pela tomada de decisão. O problema apresentado nesta dissertação recai sobre como esse arranjo pode ser entendido no caso da política externa israelense. O argumento central trata do caráter das decisões tomadas pelo governo israelense, nas quais o pragmatismo da tomada de decisão seria superestimado, uma vez que as emoções teriam um papel central no processo decisório. Procura-se destacar quais atores são responsáveis pela tomada de decisão, quais seus interesses e como ocorre esse processo, utilizando o modelo de análise burocrática desenvolvido por Allison e Zelikow (1999) e teorias de psicologia política. Entendido o processo pretende-se analisá-lo no período do governo Menachem Begin (1977 – 1983), na ascensão do partido Likud. O objetivo central é propor uma pesquisa sobre a formulação da política externa em Israel sob a ótica das instituições e burocracias responsáveis.

Palavras-chave: Política Externa Israelense. Psicologia Política. Segurança. Processo Decisório. Likud. Menachem Begin.

## **ABSTRACT**

The foreign policy decision-making process can be understood as a complex arrangement between institutions and bureaucracies responsible for decision-making. The problem presented on this dissertation rests on how this arrangement can be understood in the case of Israeli foreign policy. The central argument deals with the character of the decisions taken by the Israeli government, in which the pragmatism of decision-making would be overestimated, since emotions would have a central role in the decision-making process. We seek to highlight which actors are responsible for decision making, what their interests are and how this process occurs, using the model of bureaucratic analysis developed by Allison and Zelikow (1999) and theories of political psychology. Understood the process we intend to analyze it in the period of the Menachem Begin government (1977 - 1983), in the rise of the Likud party. The central objective is to propose a research on the formulation of foreign policy in Israel from the point of view of the responsible institutions and bureaucracies.

**Keywords:** Israeli Foreign Policy. Political Psychology. Security. Decision-making Process. Likud. Menachem Begin.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IDF	Israel Defense Forces (Forças Armadas de Israel)
MDM	Movimento Democrático pela Mudança
MID	Military Intelligence Department (Departamento de Inteligência Militar)
MK	Membro da Knesset
NIE	National Intelligence Estimative (Estimativa de Inteligência Anual Nacional)
NRP	National Religious Party (Partido Nacional Religioso)
OLP	Organização para Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DECISÓRIO ISRAELENSE: O MODELO DA POLÍTICA BUROCRÁTICA, PERCEPÇÕES E INTERESSES.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>O modelo da política burocrática e o processo decisório israelense.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Interesses, percepções e a influência no processo decisório israelense.....</b>	<b>23</b>
2.2.1	O papel da segurança no processo decisório israelense e a influência das percepções.....	26
<b>2.3</b>	<b>Grupos influentes no processo decisório e seus interesses.....</b>	<b>34</b>
2.3.1	As Forças Armadas.....	35
2.3.2	Centros de pesquisa de burocracias e consultores independentes.....	38
2.3.2	Grupos religiosos judaicos.....	39
<b>3</b>	<b>AS INSTITUIÇÕES E A BARGANHA NO PROCESSO FORMAL DA TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>45</b>
<b>3.1</b>	<b>Estrutura de poder no Estado de Israel.....</b>	<b>45</b>
3.1.1	As Leis Básicas.....	47
3.1.2	A Knesset.....	48
3.1.2.1	O Sistema de Coalizões.....	51
3.1.3	Ideologias e Partidos políticos.....	53
3.1.4	O Gabinete do Primeiro-ministro.....	57
3.1.5	Relações entre o Parlamento e o Gabinete do Primeiro-ministro.....	58
<b>3.2</b>	<b>Fontes estruturais da tomada de decisão sobre matéria de segurança.....</b>	<b>60</b>
3.2.1	Coalizão líder da Knesset e o Gabinete do Primeiro-ministro.....	60
3.2.2	Formulação de Políticas e Coordenação de Capacidades.....	61
<b>3.3</b>	<b>A segurança como prioridade e as Forças Armadas.....</b>	<b>62</b>
3.3.1	A Emergência do Ativismo Militar em Israel.....	62
3.3.1	O papel do Estado sobre segurança e objetivos nacionais.....	63
<b>4</b>	<b>A POLÍTICA EXTERNA DE MENACHEM BEGIN (1977-1983).....</b>	<b>66</b>
<b>4.1</b>	<b>A Ascensão do Likud ao Poder: A caminhada de Israel à Direita.....</b>	<b>67</b>
4.1.1	As eleições de 1977 e a formação da Nona Knesset.....	73
4.1.2	A Política Externa da Nona Knesset.....	75
4.1.3	As eleições de 1981 e a formação da Décima Knesset.....	80

4.1.4	A Política Externa da Décima Knesset.....	83
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como decisões em política externa são tomadas? Muitos escreveram sobre o processo decisório de política externa de Israel, a maioria das vezes do nível de análise do Sistema Internacional, mas também de suas instituições e grupos de influência. Parte dos trabalhos se dedicou a criticar decisões tomadas e sugerir medidas corretivas, assim como enaltecer aspectos de excelência do processo decisório principalmente em relação a conflitos, apesar das atitudes tomadas em relação à população palestina que sempre foram amplamente condenadas (FREILICH, 2006). O fato que se mantém presente em ambos os tipos de trabalhos, tanto para aqueles que criticam, quando para os que analisam a tática militar, é o aspecto pragmático da tomada de decisão israelense. Pode-se concluir que existiria um mito que envolve Israel no senso comum de que por conta de suas vitórias militares e a idealizada excelência neste mesmo âmbito o processo decisório seria dotado de um pragmatismo ímpar de seus formuladores. Um pragmatismo tão rígido que não permitiria que seus decisores se tornassem vulneráveis a emoções a ponto de que essas influenciariam suas decisões e suas percepções do ambiente voluntária e involuntariamente.

Quais são as causas e consequências da percepção? Como crenças sobre política e o ambiente dos atores são formados e alterados? Como os decisores tiram conclusões a partir de informações, especialmente informações que poderiam ser vistas de forma a contradizer os seus próprios pontos de vista? Estas questões, de acordo com Jervis (1976), não foram adequadamente discutidas por especialistas em Relações Internacionais. O que se imagina é que os tomadores de decisão normalmente percebem o mundo de forma bastante precisa e que possíveis equívocos que ocorrem só podem ser tratados como acidentes aleatórios. O argumento geral desta dissertação corrobora a visão de Robert Jervis (1976) de que esta interpretação estaria incorreta. Percepções do mundo e de outros atores divergem da realidade em padrões que podem ser detectados e por razões que podemos entender. Podemos encontrar ambos os equívocos que são comuns a diversos tipos de pessoas e importantes diferenças nas percepções que podem ser explicados sem se aprofundar muito na psique dos indivíduos. Este conhecimento pode ser usado não só para explicar decisões específicas, mas também para elucidar os padrões de interação.

Se estudiosos formados em Relações Internacionais têm prestado pouca atenção nas percepções, o mesmo não pode ser dito dos psicólogos. Sendo assim, nesta dissertação além de teorias de análise de política externa *mainstream* utilizaremos teorias de psicologia política

de forma a entender mais profundamente como as percepções se formam e sua importância no processo de tomada de decisão em política externa de um Estado.

O que unifica a psicologia política e a torna distinta de outras formas de análise política é a busca de explicação, descrição e previsão no nível individual de análise (JERVIS, 1976). Este nível informa e afeta os tipos de perguntas que são feitas, os meios de prova que são procurados, e as naturezas de inferências sobre a causalidade que são feitas por psicólogos políticos. Esse viés de atenção nem sempre é limitado à pessoa, por vezes, ele incorpora o indivíduo agindo em conjunto com outros indivíduos em configurações de grupo, mas, no entanto, ele privilegia a pessoa sobre organizações, burocracias, os níveis institucionais ou outros níveis de análise que diminuem a importância do indivíduo. A este respeito, a psicologia fornece uma inclinação particularmente humanista sobre política, afirmando a importância dos processos psicológicos individuais para os resultados políticos (MCDERMOTT, 2004).

A suposição de que muitas conexões de interesse estão relacionadas de maneiras complexas leva a outra característica que define a psicologia política. A maioria dos psicólogos políticos acredita que os efeitos contextuais são cruciais para a compreensão de fenômenos de interesse. Abordagens psicológicas sobre a política, como assumir que a história, desenvolvimento e aprendizagem são tão importantes para o processo político como eles são para o processo psicológico de crescimento e mudança (MCDERMOTT, 2004). Em adição, fortes movimentos políticos podem mudar as crenças e ideologias das pessoas. Movimentos políticos tradicionais, como o fascismo ou comunismo, alteraram muito a vida daqueles que viveram sob tais sistemas.

Portanto, na busca de entender o caminho por qual um indivíduo em particular chega a uma ação específica ou uma decisão, tanto importa a história pessoal quanto a estrutura política. As crenças, esperanças, medos e expectativas do ator entram em jogo para explicar ou descrever o comportamento. Como Jervis (1989) observou, a fim de compreender o que um indivíduo irá fazer, os analistas precisam entender quais caminhos ele percorreu e quais suas ações.

Essa preocupação com a capacidade de resposta contextual está em desacordo com paradigmas teóricos que enfatizam rigor sobre relações de poder, ou parcimônia ao longo de densa descrição. Tais modelos rigorosos têm tradicionalmente formado a espinha dorsal das teorias de Relações Internacionais. Paradigmas como o realismo (MORGENTHAU, 2003) ou o realismo estrutural (WALTZ, 1979) assumem que os indivíduos em sua maioria não importam no resultado dos acontecimentos políticos. O poder, especialmente a sua

distribuição, representa a variável independente de interesse em tais modelos. O liberalismo incide sobre as maneiras em que a cooperação pode ser induzida através da utilização de normas e instituições (KEOHANE, 1984). As teorias com viés econômico, como o marxismo, focam na distribuição de dinheiro e capitais entre as classes dominantes e de trabalho. Mais uma vez, os indivíduos são de pouca importância em tais análises. O construtivismo (WENDT, 1999) pode examinar os fundamentos culturais das normas, ideias e interesses que ajudam a formular a ação política e o comportamento, mas o indivíduo em tais modelos tende a ser moldado e constrangido por essas forças sociológicas e culturais supranacionais. Finalmente, enquanto os modelos de análise de política externa, como a escolha racional, podem começar com uma análise de como atores racionais individuais fazem escolhas (ALLISON; ZELIKOW, 1999), esses atores não se parecem com os indivíduos complexos reconhecidos por psicólogos em estudos empíricos.

Em vez disso, os modelos da escolha racional supõem que os atores consistentemente seguem um padrão de comportamento racional projetado para maximizar certo tipo de interesse. Assim, enquanto tais modelos podem estar interessados, e até mesmo se concentrar, em atores individuais, às vezes, eles não constroem essas pessoas de maneira que são consistentes com a evidência empírica descritiva produzida por psicólogos sobre as inconsistências que tendem a afligir os processos de tomada de decisão humanos (MCDERMOTT, 2004). Já na psicologia política, são enfatizados os aspectos condicionais e contextuais de um tomador de decisão, com uma história única em uma situação específica.

A distinção entre explicação e previsão levanta outra característica definidora da psicologia política. A psicologia política, que por sua natureza é mais interessada no que acontece dentro da pequena caixa preta que medeia a entrada e saída, estímulo e resposta, é que orienta o processo (HERMANN, 1986). Em muitas circunstâncias, psicólogos políticos estão mais interessados em como a decisão foi alcançada do que o conteúdo real da própria decisão. A limitação deste foco é clara, as explicações orientadas a processos são notoriamente difíceis de prover generalizações. Devido também a este aspecto que não utilizaremos exclusivamente teorias de psicologia política, mas a junção destas teorias de análise de política externa, sempre no nível de análise institucional e burocrático. Aspectos específicos da pessoa ou da situação tornam-se relativamente fáceis de especular sobre o porquê de uma determinada situação ser única, mas esses aspectos podem não ser aplicáveis a uma situação diferente. Parte-se do objetivo da psicologia política, como de qualquer disciplina acadêmica, é a capacidade de fazer generalizações a partir de dados limitados e

desenvolver uma teoria cumulativa, a atenção indevida às especificidades pode limitar a aplicabilidade mais ampla.

Este não é o caso aqui, no entanto. A intenção da dissertação é a de generalizar através das situações estudadas do processo decisório israelense, especialmente com o uso de teorias também de análise de política externa de forma a encontrar semelhanças em processos em situações ou ao longo do tempo. Se o foco permanece sobre semelhanças no processo, em vez de resultados, e se presta atenção suficiente às circunstâncias que o tornam relevante em condições mais semelhantes do que diferentes, a generalização se torna possível.

O perigo de misturar teorias incomensuráveis ou suposições incompatíveis é não fazer justiça às próprias teorias. O perigo é compensado pela dupla vantagem em ganhar uma ampla variedade de conhecimentos e maior confiança em nossas explicações ao declarar que elas são suportadas por teorias de áreas diferentes como, por exemplo, a mudança de atitude e percepção visual (MCDERMOTT, 2004).

Muitos dos debates atuais na ciência política em geral, e nas Relações Internacionais, em particular, envolvem os defensores das teorias sobre escolha racional contra os teóricos construtivistas. Modelos psicológicos divergem da análise construtivista em suas inúmeras formas e significados. Enquanto os construtivistas estão interessados principalmente em variações culturais em fenômenos específicos, a maioria dos psicólogos sociais e cognitivos se esforça para descobrir e explicar aspectos universais da condição humana. Isso não significa que os modelos psicológicos e construtivistas precisam ser antagônicos. Ao contrário, esses modelos podem fornecer provas em diferentes níveis de análise desafiando a interpretação racionalista da motivação e ação humana. A psicologia política pode fornecer uma base micro para a compreensão de questões tão importantes como as origens de preferências, o enquadramento de tomada de decisão, a natureza da comunicação, o impacto do momento em hostilidade e assim por diante. Os construtivistas podem observar tais entendimentos e adicionar a dimensão de forças sociológicas e culturais em tal dinâmica (MCDERMOTT, 2004).

Certamente modelos psicológicos têm apresentado o desafio empírico mais contundente às reivindicações do modelo da escolha racional. No entanto, porque grande parte da psicologia política, pelo menos dentro ciência política, é julgada em relação ao sucesso dos modelos da escolha racional, é importante delinear algumas das diferenças importantes entre esses modelos psicológicos. Em primeiro lugar, teorias da escolha racional apresentam tipicamente modelos que assumem atores unitários que procuram maximizar sua utilidade, dadas as preferências estabelecidas e fixadas (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

Modelos psicológicos tendem a apresentar os indivíduos como pessoas complexas cujo comportamento é frequentemente não racional para toda uma série de razões cognitivas e afetivas. A este respeito, o comportamento não racional não deve ser entendido como sendo o equivalente a um comportamento que sugere alguma falta de contato com a realidade ou irracional no sentido mais amplo. A falta de uma teoria das origens de preferências muitas vezes dificulta a capacidade dos modelos racionalistas em explicar os resultados em casos específicos, muito menos para enfrentar adequadamente a dinâmica das preferências em mudança.

Argumentos da escolha racional tendem a assumir que as diferenças no comportamento das pessoas são baseadas em diferenças nas preferências, mas não em diferentes respostas a estruturas de incentivo. Em outras palavras, enquanto preferências divergentes podem levar a diferentes escolhas por detentores de valores contraditórios, esses indivíduos são assumidos como se tivessem a mesma compreensão dos incentivos. Eles simplesmente fazem uma escolha diferente a fim de maximizar um valor diferente. A maioria das abordagens da escolha racional argumenta que as pessoas vão procurar maximizar a sua utilidade; eles podem não obter o resultado que eles preferem para toda uma série de razões externas, mas eles não negligenciam ações destinadas a maximizar o seu interesse próprio. De acordo com McDermott (2004), esta limitação de análise racional levou Holsti (1989 apud MCDERMOTT, 2004) a argumentar que os modelos estruturais podem levar à complacência sobre os perigos das relações internacionais por subestimar a possibilidade de acidentes, percepções equivocadas e emoções que podem levar a um conflito.

Não só modelos psicológicos atribuem maior complexidade para os seres humanos, eles diferem dos modelos racionais de várias outras maneiras também. Outra diferença está relacionada com a preocupação com uma polarização liberal. Especificamente, psicólogos políticos são propensos a acreditar que existe um elemento de controle ou intervenção ambiental que faz com que seja possível alcançar uma solução mais eficaz para os problemas sociais. Ironicamente, cientistas políticos que tradicionalmente desprezam o uso da psicologia muitas vezes recorrem a modelos econômicos para a inspiração (MCDERMOTT, 2004). Waltz (1979), em particular, baseou seu modelo realista estrutural explicitamente em uma teoria microeconômica. Muitos pesquisadores que se utilizam da teoria dos jogos e institucionalistas têm feito o mesmo. Mas o que cientistas políticos parecem não conseguir reconhecer é que a economia nos dias de hoje trabalha muito com a esfera comportamental, e por sua vez com métodos psicológicos.

A discussão anterior não é para implicar que o modelo da escolha racional seja inferior. Em vez disso, apenas delineou uma justificativa sobre porque não utilizaremos este modelo nesta dissertação, e sim o modelo burocrático de Allison e Zelikow (1999).

Dessa forma, desde o estabelecimento de Israel como um Estado em 1948, e até antes mesmo da sua criação enquanto Estado soberano propriamente dito, sua política externa tem sido definida por uma barganha que deriva dos grupos internos que compõem o governo, mantendo presente a ideia na narrativa nacional de que Israel enfrenta uma real ameaça de genocídio dada suas circunstâncias regionais.

Uma parcela significativa da população israelense percebe os vizinhos árabes como a “personificação do mal”, e esta percepção tem grande importância na política de Estado israelense (FREILICH, 2006). A sociedade israelense enxerga o ambiente externo no qual está inserido como imutável, ou seja, que os Estados que cercam o país sempre procurarão alguma forma de extinguir o país judeu. Neste sentido, várias iniciativas de paz foram historicamente perseguidas, demonstrando que, na verdade, o ambiente era deveras complexo, mais do que se imaginava, e que a negociação e diplomacia poderiam ser uma alternativa possível modificando a ideia que pairava sobre a sociedade, de que as ameaças jamais deixariam Israel. Contudo, é evidente que a visão de hostilidade proveniente dos israelenses em relação aos vizinhos não foi extinta em sua totalidade, e este fato é refletido no sistema político que persiste em fomentar que existem poucas opções de tomada de decisão tanto no aspecto diplomático quanto no militar (FREILICH, 2006).

Seria de se esperar que a preocupação com segurança decrescesse na mesma proporção de as ameaças externas diminuíam, como fruto das mudanças geoestratégicas, como o aumento do poderio militar de Israel, sua superioridade militar sobre os países árabes circundantes, a existência de tratados de paz e o apoio militar e político crucial estadunidense. Porém, o assunto continua a desempenhar um papel importante na vida pública israelense. Este fato advém de fatores emocionais que foram enraizados na sociedade e presentes no processo decisório israelense, às vezes de forma proposital outras involuntariamente.

A preocupação com a segurança advém de razões emocionais que se mantêm presentes na sociedade israelense. As emoções, por sua vez, fornecem experiências poderosas na vida do ser humano. Nossas emoções servem para nos guiar ao longo da vida, oferecendo reforços poderosos, positivos e negativos, para as nossas crenças e ações. Poucas pessoas que examinam suas próprias vidas iriam rejeitar o poder e proeminência de emoção na vida diária. No entanto, os estudos em Relações Internacionais e em ciências sociais em geral fazem exatamente isso. Eles assumem que a emoção não é muito importante nas análises de política

externa ou nas relações entre os Estados, argumentando que na melhor das hipóteses ela deve ser ignorada, e na pior das hipóteses é desastrosa, levando as pessoas a escolhas irracionais e contraproducentes. No entanto, a neuropsicologia moderna indica que a tomada de decisão racional, em que um indivíduo considera custos e benefícios, é dependente do processamento emocional prévio (MCDERMOTT, 2004). De fato, os indivíduos que não podem fazer referência a memória emocional por causa de lesões cerebrais não são capazes de tomar decisões racionais em todas as situações. Mesmo por si só, este achado sugere que a emoção, e não somente a cognição, pode eventualmente provar-se dominante em modelos de tomada de decisão.

Na psicologia moderna, as emoções são vistas sob uma luz muito diferente do que sob a teoria freudiana. A emoção refere-se a um estado emocional complexo e breve que repousa sobre uma base fisiológica. Em outras palavras, as emoções carregam sinais físicos ou sintomas, de “borboletas no estômago”, para palmas das mãos suadas, de faces vermelhas e assim por diante. As primeiras pesquisas indicaram que, a emoção foi observada em crianças desde muito jovens, e, portanto, deve ser inata. Pesquisadores descobriram que certas respostas são universais e podem ser vistas em pessoas de várias culturas em todo o mundo (MCDERMOTT, 2004).

Para a autora (2004), a emoção repousa sobre uma base fisiológica. Estimulação proveniente do mundo externo resultando em alterações fisiológicas dentro do corpo humano. Por exemplo, uma situação de medo provoca uma produção de adrenalina, o que induz a resposta de luta ou fuga clássica.

Entendida a importância das emoções para o ser humano, o que podemos aprender com as emoções que pode nos ajudar a analisar e compreender as Relações Internacionais? Jon Mercer (1997) realizou uma pesquisa sobre o impacto das emoções específicas, tais como ódio e confiança, em vários processos nas relações internacionais. O autor (1997) argumenta que a emoção tem sido tradicionalmente negligenciada nas análises das Relações Internacionais por várias razões: em primeiro lugar, a inserção de emoção em quadros explicativos pode revelar-se bastante difícil porque a emoção é tão complexa de definir; em segundo lugar, a emoção sofre com a acusação de que é irracional, e apenas processos racionais são dignos de investigação. Enfim, a emoção vai contra ênfases dominantes nas Relações Internacionais que são principalmente materialistas.

Assim, o uso da emoção em análises políticas continua dificultado pela escassez de teorias apropriadas. Mercer (1997) argumenta que a identidade social pode influenciar a

política externa, incentivando o ódio e a desconfiança dos grupos externos através de processos que incentivam o racismo, preconceitos e estereótipos, por exemplo.

Em trabalhos posteriores, Mercer (2000, 2003 apud MCDERMOTT, 2004) examina o impacto dos processos de confiança nas relações internacionais. Ao investigar a relação entre confiança e de identidade, Mercer (2000) demonstra que a confiança é tanto emocional como uma dinâmica cognitiva, e deve ser tratada como tal na teoria das Relações Internacionais. O argumento do autor (2000) estabelece que a emoção ajuda o comportamento de modo sistemático, assim como a cognição.

O que se pretende analisar nesta dissertação é como o processo decisório israelense se configura ressaltando o aspecto da segurança, quais as instituições responsáveis pela tomada de decisão, quais grupos externos ao processo formal influenciam o mesmo, quais seus interesses e o papel dos fatores emocionais neste processo. Utilizando-se de teorias de análise de política externa como o modelo das políticas governamentais de Graham Allison e Philip Zelikow, análises de Margaret e Charles Hermann e Robert Jervis, pretende-se discutir como ocorre a definição da política externa adotada por Israel, utilizando também teorias de psicologia política principalmente para analisar os aspectos emocionais e como eles se perpetuam na sociedade.

Dessa forma a dissertação será dividida da seguinte forma: o primeiro capítulo consiste no começo da discussão teórica sobre a formulação de política externa, delineando os aspectos que serão considerados na análise, justificando a escolha pela temática da segurança dentro da política externa e quais os grupos fora do processo decisório formal são mais relevantes para a tomada de decisão dentro da temática assim como seus interesses. No segundo capítulo é analisado o processo decisório formal, quais são as instituições responsáveis, como são formadas e suas funções; ainda são abordados os partidos políticos e suas ideologias dentro da temática de segurança, quais são as diretrizes e quais grupos são responsáveis pela decisão formal. Já o terceiro e último capítulo discute como foi formulada a política externa a partir da ascensão do partido Likud na política israelense no recorte histórico de 1977 a 1983, ressaltando a construção da narrativa israelense à luz da nova governança política e as mudanças de diretrizes e discursos e como essas mudanças são evidenciadas e influenciadas pelo aspecto emocional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de como garantir a existência e segurança do coletivo judaico em Israel tem sido o problema fundamental que tem preocupado há mais de um século cada judeu israelense e todas as autoridades judaicas do Estado. Este desafio tornou-se o fator mais importante que moldou a vida pessoal e social em Israel e tem tido um efeito determinante sobre a possível resolução do conflito árabe-israelense no Oriente Médio. Esta preocupação em Israel, mesmo no próprio meio de negociação da cobiçada paz da região, não é surpreendente, tendo em conta o padrão de longo prazo de ameaças e violência que caracterizam a sua relação de domínio e inimizade vis-à-vis os países árabes vizinhos e com o povo palestino. O violento conflito transformou a sociedade israelense em uma nação altamente militarizada e que tem a segurança como o principal tema na agenda do Estado. Como resultado, a segurança que simboliza a existência do Estado de Israel, bem como a segurança coletiva, tornou-se um conceito-chave no vocabulário do país.

Através dos anos, a segurança tem sido usada continuamente como uma justificação importante e explicação para muitas decisões governamentais, mesmo que elas não tenham implicações diretas para a segurança; tornando-se uma base racional para a tomada de decisão sobre ações, respondendo com reações em domínios militares, políticos, sociais e até mesmo educacionais e culturais. A segurança também tem sido utilizada para justificar objetivos mais importantes nas negociações com os árabes, já que esta é a única consideração legítima aceita pela comunidade internacional e pela grande maioria dos judeus israelenses.

As preocupações especiais com segurança não são novas. Desde a primeira onda de imigração judaica para a Palestina, no final do século XIX, como resultado do movimento nacional judaico, então chamado de sionismo, a questão da segurança tem dominado a agenda pública. Do ponto de vista da maioria dos judeus israelenses, os acontecimentos dos últimos cem anos fornecem evidência inequívoca para os perigos que ameaçam a segurança pessoal e coletiva do povo judeu. Como registado na memória coletiva citada na dissertação, já os primeiros judeus sionistas, que chegaram à Palestina no final do século XIX e no início do século XX, diante da insegurança por causa das condições extremamente severas como as atitudes hostis da administração otomana. Durante o domínio britânico (1918-1948), o renascimento nacional judaico foi fortemente contestado por árabes. Os tumultos árabes de larga escala levaram a Grã-Bretanha a emitir em 1939 o Livro Branco que tratava de uma imposição de restrições drásticas à imigração judaica, apesar dos sinais claros de perseguições nazistas, que visariam mais tarde à realização de uma liquidação sistemática da comunidade

judaica na Europa. Este genocídio chamado de Holocausto, que resultou na morte de seis milhões de judeus, marcou de forma irremediável a vida da comunidade judaica em todo o mundo e, especialmente, a vida de judeus em Israel, que usou a experiência como uma importante lição de como garantir a sua segurança no futuro.

Com o estabelecimento do Estado de Israel em 14 de maio de 1948, a Guerra da Independência para os israelenses e a *Nakba* para os árabes começou com o ataque dos exércitos do Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque sobre o novo Estado. Embora os acordos de armistício tenham sido assinados em 1949, o conflito intratável que havia começado entre Israel e os Estados árabes persistiu.

A Guerra dos Seis Dias em 1967, que estourou devido ao bloqueio da entrada do posto israelita Eilat pelos egípcios e sua concentração militar maciça ao longo da fronteira, terminou com a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza nos Territórios Palestinos, da Península do Sinai do Egito e das Colinas de Golã da Síria. No entanto, não acabou com os problemas de segurança de Israel. Em 6 de outubro de 1973, o Egito e a Síria lançaram um assalto surpresa coordenado contra Israel, que levou à guerra do *Yom Kippur*, que terminou formalmente somente em 1975, quando os lados assinaram acordos de desvinculação.

A rejeição unânime de Israel pelos Estados árabes terminou em novembro de 1977, quando o presidente egípcio Anwar Sadat chegou a Jerusalém e iniciou negociações de paz com Israel. Esta visita e a assinatura do tratado de paz com o Egito em 1979 sinalizou o início do processo de paz.

No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja política afirmava no Pacto Nacional Palestino que a luta armada era a única maneira de libertar a Palestina, foi a principal ameaça para Israel no período. Vários ataques terroristas ocorreram em Israel especialmente na região norte, na Galileia, das bases da OLP no Líbano. O exército israelense entrou no Líbano em 1982 tentando expulsar as forças da OLP redistribuídas no sul do país, e terminou seu avanço com a conquista de Beirute. Finalmente, após o envolvimento na guerra civil libanesa e na sangrenta resistência à ocupação israelense, as forças israelenses deixaram o Líbano em 1985, mas Israel manteve uma pequena zona de segurança no sul do Líbano para salvaguardar a sua população que residia próximo à fronteira norte.

Tendo em vista a memória coletiva revisitada, os israelenses estariam condicionados a acreditar que existe uma ameaça real, tangível, imediata e existencial, tanto para a segurança coletiva de Israel como Estado, quanto para os cidadãos individuais, com destaque para os judeus. No entanto, embora os israelenses concordem que Israel está atormentado por

problemas de segurança, eles estão muito polarizados, principalmente em relação às condições em que a segurança deve ser garantida. Abordamos principalmente no primeiro e no segundo capítulo as divergências políticas existentes em Israel, assim como a sua tradução em relação aos partidos políticos, no terceiro pudemos entender como essas diferenças foram relevantes para o período político da ascensão do Likud no final da década de 1970 e início da década de 1980. Enquanto uma parte do público israelense acredita que um pré-requisito para a segurança seja paz, a ser alcançada através da retirada parcial ou total dos territórios ocupados em 1967, outra parte acredita que somente ocupando a maioria dos territórios que a segurança pode ser garantida.

Apesar da polarização da sociedade israelense, a segurança continua a ser um símbolo dominante e até mesmo onipresente no *ethos* israelense que escolheu privilegiar a segurança pessoal e o bem-estar para nada menos do que a sobrevivência do Estado. Na verdade, à medida que os anos passam e Israel se fortalece como um Estado formado a segurança existencial ainda é o tema que se destaca como o principal determinante que atinge e influencia praticamente todas as esferas da vida pública do país. Conseqüentemente, qualquer tentativa de compreender os assuntos israelenses, como as percepções individuais, as políticas públicas e o comportamento da população em relação ao voto, ficam subordinados à doutrina da segurança nacional e à política externa. Em Israel, as considerações de segurança desempenharam um papel determinante em decisões tais como a definição do orçamento nacional, o planejamento da construção de novas cidades e comunidades, desenvolvimento da indústria, estabelecimento de plataformas eleitorais, planejamento de políticas contra o desemprego, legislação de leis, planejamento de currículos escolares e assim por diante.

Quatro décadas após o estabelecimento do Estado, o objetivo não cumprido de alcançar níveis razoáveis de segurança percebida ainda fornece o foco principal do debate político público e está no topo da agenda nacional. A busca da segurança desempenha um papel decisivo, por exemplo, como a condição prévia para o alcance de um acordo abrangente de paz no Oriente Médio com os árabes. A política oficial israelense insistia que os compromissos territoriais de sua parte deveriam estar condicionados a promessas árabes confiáveis sobre a segurança futura de Israel e seu povo. A paz e a segurança estão ligadas inseparavelmente em esquemas diferentes, dependendo da ideologia e das convicções políticas do grupo. A estrutura do processo decisório, como abordado no estudo, oferece as bases para que a segurança seja priorizada, independente do partido político que esteja no poder.

É de admirar, portanto, que o cidadão médio expresse profunda preocupação com a insegurança diária? Que a opinião profissional dos especialistas nos serviços militares e de inteligência ou na polícia e nas unidades antiterroristas é tão respeitada que muitas vezes é endossada sem questionamentos? Que os líderes partidários e os candidatos políticos competem uns com os outros sobre o seu recorde de carreira em contribuição para a segurança nacional? Ou que os manifestos políticos usem o termo "segurança" como uma senha conveniente para distinguir um partido ou facção de outro quando tenta convencer um público ansioso e expectante qual deles oferece a melhor solução para o dilema da insegurança, insistindo que seus oponentes apenas exponham Israel a perigos ainda maiores e possíveis desastres? No período estudado pudemos observar que a questão da segurança e seu apelo emocional sobre a população foi amplamente utilizado no que tange a aprovação de políticas específicas, principalmente sobre controle e expansão territorial na Palestina.

A maioria dos debates sobre segurança realizados em Israel foi da perspectiva política, discutindo políticas estratégicas e táticas para lidar com ameaças potenciais e reais ao Estado de Israel e seus cidadãos, tendo em vista os perigos representados pelas intenções e capacidades percebidas pelos Estados nas regiões e no povo. Ignoraram em grande parte a base sócio psicológica da segurança, implicando que somente as condições militares, políticas e econômicas podem trazer o sentido da segurança ao povo de Israel. Sugerimos que a segurança e as condições que a promovem não têm critérios objetivos e pragmáticos para a sua avaliação. Os líderes fazem essas avaliações de acordo com suas próprias convicções, e persuadem o público de que suas visões são as mais corretas. É claro que, assim, os problemas de segurança de Israel não dependem somente dos indicadores militares, políticos e econômicos, mas também dos fatores psicológicos sociais abordados nessa dissertação.

O propósito desse estudo foi analisar a política externa e as estratégias israelenses da sociedade e do governo de Menachem Begin de 1977 a 1983 de uma forma imparcial e acadêmica, tratando-as como um produto direto das condições de segurança, crenças e preocupações. Nós tomamos como premissa de trabalho que Israel foi profundamente moldado por essa concentração incessante na segurança multifacetada fruto da memória coletiva do histórico de perseguição do povo judeu e dos conflitos que o Estado enfrentou. Sugerimos que, para compreender plenamente e de forma precisa o processo decisório nacional israelense de política externa, bem como as redes e procedimentos institucionais, políticas e comportamentos no país e no exterior, é necessária uma ampla investigação na segurança nacional e no *ethos* israelense.

Segue-se, necessariamente, que a questão da segurança no sentido mais amplo não existe de forma autônoma e independente de membros individuais ou unidades dentro de uma determinada sociedade. Esta visão implica a necessidade de examinar fatores geográficos, ideológicos, políticos, culturais e outros que influenciam as percepções fundamentais de segurança. Várias abordagens para satisfazer as necessidades de segurança apresentadas pelas elites políticas, agentes informais, bem como mecanismos formais de socialização, que constantemente transmitem abordagens amplamente aceitas à segurança. E finalmente, a influência, direta ou indireta, que essas visões de segurança podem ter sobre a sociedade.

O governo liderado pelo Likud por um lado refletia o declínio da coesão social e a fragmentação política e os efeitos adversos dessas tendências de longo prazo sobre o funcionamento da política israelense e sobre a qualidade dos governos. A ascensão do Likud ao poder, em maio de 1977, foi em grande medida devida à desilusão generalizada do eleitorado israelense com o governo trabalhista. A promessa de Begin de liderança decisiva e de um governo capaz de governar atraiu consideravelmente uma nação que havia perdido sua confiança na capacidade da liderança do Partido Trabalhista de administrar os assuntos internos e externos do país (SHLAIM; YANIV, 1980).

O primeiro mandato de Begin como Primeiro-ministro (1977-1981) foi coroado pela sua maior conquista como figura política. O tratado de paz com o Egito, pelo qual ele compartilhou o Prêmio Nobel de Paz em 1979, com o presidente egípcio Anwar Sadat. Por causa da paz e na esperança de evitar a retirada de outros territórios ocupados, ele devolveu todo o Sinai ao Egito, impassível pela resistência dos colonos israelenses, pelas duras cenas de evacuação forçada. Ele mostrou não menos determinação em tomar a decisão ousada de bombardear as instalações nucleares iraquianas em 1981.

Já, o segundo mandato de Begin foi marcado pela traumática guerra no Líbano (1982), que ele iniciou com seu Ministro da Defesa, Ariel Sharon. A falta de consenso em Israel quanto à guerra que foi apresentada como uma "guerra sem escolha", as pesadas baixas causadas pela prolongada permanência do exército no país amargamente dividido e o massacre de Sabra e Shatila deram origem a protestos em massa sem precedentes em Israel. Esses fatores aumentaram a polarização política na sociedade e minaram a popularidade de Begin.

O processo decisório da política externa israelense em segurança é formulado a partir de inúmeros grupos que possuem a segurança como primordial na agenda de governo, mas que possuem discordâncias sobre os caminhos a serem seguidos em como manter a segurança. A natureza estrutural do processo decisório, com um sistema político parlamentarista

multipartidário, levando a necessidade de uma coalizão para governar, além de ser reflexo de uma sociedade altamente polarizada, aumenta a dificuldade de instituir políticas públicas tornando os aspectos emocionais a amálgama que uniria os diferentes grupos do governo e da população. Os dois primeiros governos do Likud em Israel são um exemplo de como os aspectos emocionais foram importantes para a aprovação de políticas como a expansão dos assentamentos nos territórios palestinos e a legitimação dessas políticas perante a população, entretanto parte das políticas, como a invasão ao Líbano em 1982, levaram ao desgaste político de Menachem Begin. O que pretendíamos explorar na dissertação era o caráter emocional da tomada de decisão israelense, que muitas vezes é mais presente que o pragmatismo enaltecido por estudos sobre a excelência estratégica de Israel.

## REFERÊNCIAS

ARANTZ, Christopher. **“Just War” Case Study: Israeli Invasion of Lebanon**. New York, 2002.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. 2. ed. New York: Pearson, 1999.

ARIAN, Asher. Political Images and Ethnic Polarization. In: PENNIMAN, Howard R.; ELAZAR, Daniel J.. **Israel at the Pools**, 1981: A Study of Knesset Elections. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 128-158.

BAR-TAL, Daniel. Why Does Fear Override Hope in Societies Engulfed by Intractable Conflict, as It Does in the Israeli Society? **Political Psychology**, [s.l.], v. 22, n. 3, p.601-627, Aut. 2001.

BAR-TAL, Daniel; HALPERIN, Eran; PORAT, Roni, NETS-ZEHNGUT, Rafi. Why Society Members Tend to Support the Continuation of In tractable Conflicts and Resist Peaceful Resolution. In: ZAVALA, Golec de; CICHOCKA, A.. **Social psychology of social problems**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2012. p. 254-279.

BAR-TAL, Daniel. **Intractable conflicts: Socio-psychological foundations and dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BAR-TAL, Daniel. **Group Beliefs**. New York: Springer-verlag, 1990.

BAR-TAL, Daniel. Contents and origins of the Israelis' beliefs about security. **International Journal Of Group Tensions**, v. 21, n. 1, p.237-261, 1991.

BAR-TAL, Daniel; JACOBSON, D.. Security feelings among Jewish settlers in the occupied territories: A study of communal and personal antecedents. **Journal Of Conflict Resolution**, v. 39, n. 1, p.353-377, Winter. 1995.

BLITS, Jah H.. Hobbesian Fear. **Political Theory**, Washington D.C., v. 17, n. 3, p.417-431, ago. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/191224>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRECHER, Michael. **The Foreign Policy System of Israel: Setting, Images, Process**. New Haven: Yale University Press, 1972.

BRECHER, Michael. **The Foreign Policy System of Israel**. London: Oxford University Press, 1972.

BROWNSTEIN, Lewis. Decision Making in Israeli Foreign Policy: An Unplanned Process. **Political Science Quarterly**, New York, v. 92, n. 2, p.259-279, Summer, 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2148353>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

COHEN, Raymond. Israel's Starry-Eyed Foreign Policy. **Middle East Quarterly**, Philadelphia, v. 1, n. 2, p.1-16, 01 jun. 1994. Quarterly. Disponível em: <<http://www.meforum.org/221/israels-starry-eyed-foreign-policy>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

COHEN, Stuart A. **Israel and its army: From Cohesion to Confusion**. New York: Routledge,

2008.

EL-GENDY, Karim. **The Process of Israeli Decision Making: Mechanisms, Forces and Influences**. Beirut: Al-zaytouna Centre For Studies And Consultations, 2010.

FREILICH, Charles D.. National Security Decision-Making in Israel: Processes, Pathologies, and Strengths. **Middle East Journal**, Washington D.C., v. 60, n. 4, p.635-663, Fall. 2006.

FRIEDLANDER, Melvin A.. **Sadat and Begin: The domestic politics of peacemaking**. Westview: Bolder, 1983.

GREEN, Matthew John. **THE ISRAELI DEFENSE FORCES: AN ORGANIZATIONAL PERSPECTIVE**. 1990. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Science In Systems Technology, United States Navy - Naval Postgraduate School, Monterey, 1990.

GREILSAMMER, Ilan. The Likud. In: PENNIMAN, Howard R.; ELAZAR, Daniel J.. **Israel at the Pools**, 1981: A Study of Knesset Elections. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 64-104.

HERMANN, Margaret G. How Decision Units Shape Foreign Policy: A Theoretical Framework. **International Studies Review**, Bloomington. v. 3, n. 2, p. 47–81, dec. 2006.

HERMANN, Margaret. **Political Psychology: Contemporary Problems and Issues**. San Francisco: Jossey-bass Inc Pub, 1986.

HERMANN, Margaret G; HERMANN, Charles F.. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. **International Studies Quarterly**, Bloomington, v. 33, n. 4, p.361-387, dez. 1989.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. 636 p. (Obra-Prima de cada autor).

ISRAEL. KNESSET. (Ed.). Basic Laws. 2015. Disponível em: <[https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng\\_mimshal\\_yesod.htm](https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_yesod.htm)> Acesso em: 02 mar. 2016.

ISRAEL. KNESSET. Elections to the Seventeenth Knesset. 2007. Disponível em: <[https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng\\_mimshal\\_res17.htm](https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_res17.htm)> Acesso em: 02 mar. 2016.

ISRAEL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (Org.). Declaration of Establishment of State of Israel. 1948. Disponível em <<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/declaration%20of%20establishment%20of%20state%20of%20israel.aspx>> Acesso em: 15 fev. 2016.

ISRAEL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (Org.). Israel at 67: A statistical glimpse. 2015b. Disponível em: <<http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Spotlight/Pages/Israel-at-67-A-statistical-glimpse.aspx>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

JERVIS, Robert. **Perceptions and Misperceptions in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JERVIS, Robert. Additional Thoughts on Political Psychology and Rational Choice. **Political Psychology**, [s.l.], v. 10, n. 3, p.511-515, Aut. 1989.

JEWISH LIBRARY. **Israeli Political Parties**. 2016. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/partytoc.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

KAARBO, Juliet. Power and Influence in Foreign Policy Decision Making: The Role of Junior Coalition Partners in German and Israeli Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, Storrs, v. 40, n. 4, p.501-530, Fall, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600889>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

KIMMERLING, Baruch. Religion, Nationalism and Democracy in Israel. *Constellations*, New York, v. 6, n. 3, p. 1-39, Winter, 1999..

KEOHANE, Robert O.. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

LEVY, Jack S. Learning and foreign policy: sweeping a conceptual minefield. **International Organization**, v. 48, n. 2, p. 279-312, Spring, 1994.

MARCUS, Jonathan. The Politics of Israel's Security. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944-), v. 65, n. 2, p. 233-246, Spring, 1989.

MCDERMOTT, Rose. **Political psychology in international relations**. Ann Arbor: The University Of Michigan Press, 2004.

MERCER, Jonathan. Approaching Emotion. In: ISA ANNUAL CONVENTION, 38., 1997, San Diego. Anais. San Diego: International Studies Association, 1997.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: FUNAG, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 181. 1947. Disponível em <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement>> Acesso em 17 mar. 2015

PELEG, Ilan. **Begin's Foreign Policy, 1977-1983: Israel's Move to the Right**. Westport: Greenwood Press, 1987.

PERETZ, Don. The Earthquake: Israel's Ninth Knesset Elections. **Middle East Journal**, Washington D.c., v. 31, n. 3, p.251-266, Summer. 1977.

PERETZ, Don; SMOOHA, Sammy. Israel's Tenth Knesset Elections: Ethnic Upsurgence and Decline of Ideology. **Middle East Journal**, Washington D.c., v. 35, n. 4, p.506-526, oct. 1981.

QUANDT, William B.. Reagan's Lebanon Policy: Trial and Error. **Middle East Journal**, Washington D.c., v. 38, n. 2, p.237-254, may, 1984.

REICH, Bernard. Israeli Foreign Policy and the 1981 Election. In: PENNIMAN, Howard R.; ELAZAR, Daniel J.. **Israel at the Pools, 1981**. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 213-243.

RODMAN, David. Israel's National Security Doctrine: An Appraisal of the Past and a Vision of the Future. **Israel Affairs**, 2003. p. 115-140.

SCAMMON, Richard D.. Appendix: Knesset Elections Results, 1949-1981. In: PENNIMAN, Howard R.; ELAZAR, Daniel J.. **Israel at the Pools, 1981**. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 266-268.

SCHULZE, Kirsten. Israeli Crisis Decision-Making in the Lebanon War: Group Madness or Individual Ambition?. **Israel Studies**, Bloomington, v. 3, n. 2, p.215-237, fall, 1998.

Quadriennial. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30245719>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SHINDLER, Colin. **The Land Beyond Promise: Israel, Likud and the Zionist Dream**. London: I.b Tauris, 2001.

SHLAIM, Avi. The Likud in Power: The Historiography of Revisionist Zionism. **Israel Studies**, Bloomington, v. 1, n. 2, p.278-293, oct, 1996.

SHLAIM, Avi; YANIV, Avner. Domestic Politics and Foreign Policy in Israel. **International Affairs**, Oxford, v. 56, n. 2, p.242-262, may, 1980.

STINNETT, Douglas M.. International Uncertainty, Foreign Policy Flexibility, and Surplus Majority Coalitions in Israel. **The Journal Of Conflict Resolution**, College Park, v. 51, n. 3, p.470-495, jun. 2007.

TAL, Israel. **National Security: The Israeli Experience**. Westport: Praeger, 2000.

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOLFERS, Arnold. "National Security" as an Ambiguous Symbol. **Political Science Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 481-502, 1952. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2145138?sid=21106364364693&uid=3737664&uid=2&uid=4>>. Acesso em: 29 abr. 2016.